

Apresentação

Os estudos do trabalho e dos trabalhadores realizados no Brasil até a década de 70 expressavam uma visão homogênea da classe trabalhadora, que tornava invisível o trabalho da mulher e as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

As primeiras organizações e jornais feministas – *Brasil Mulher e Nós Mulheres* –, a partir de meados dos anos 70, chamaram a atenção para a importância da presença da mulher no universo do trabalho extra-doméstico, sua discriminação no mercado de trabalho e suas necessidades e reivindicações específicas.

O feminismo teve papel central ao introduzir na vida sindical o questionamento do poder masculino, da invisibilidade das mulheres e de suas questões específicas. O surgimento, primeiro, de departamentos femininos e, posteriormente, de Comissões de mulheres em distintos sindicatos e Centrais Sindicais¹ e a ampliação das pautas que incluíam reivindicações específicas – trabalho igual com salário igual, licença em caso de aborto, estabilidade para a trabalhadora gestante além da licença maternidade, cláusulas contra o assédio sexual e a aprovação de cotas de participação para as mulheres nas diferentes instâncias decisórias da CUT – demonstram o crescimento da discussão de gênero no universo sindical e o papel desempenhado por um crescente número de sindicalistas feministas.²

Na pesquisa acadêmica teve importância crucial o livro da feminista Elizabeth Souza-Lobo, que chamou a atenção dos

¹ A Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT foi criada em 1986 no Iº Congresso Nacional desta Central.

² ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e Relações de Gênero. In: ROCHA, Maria Isabel B. da. (org.) *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34, ABEP, NEPO/ UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 2000, pp.309-346.

Apresentação

estudiosos do mundo do trabalho para o fato de que “a classe operária tem dois sexos”.³

A história da classe trabalhadora passou a ser reescrita, tornando visível a presença da mulher em distintos segmentos do mercado de trabalho, inclusive sua presença em determinados ramos do universo fabril, onde constituía mão-de-obra majoritária desde as primeiras décadas do século XX.⁴ Pesquisadores e, principalmente, pesquisadoras feministas destacaram a crescente presença da mulher no mercado de trabalho desde os anos 40, os *guetos* nos quais se confinava a mão-de-obra feminina, a questão da dupla jornada de trabalho, a exploração da trabalhadora doméstica, o trabalho na casa como uma forma não remunerada de trabalho, as mistificações do discurso empresarial que justificavam as divisões e desigualdades de condições de trabalho para trabalhadores e trabalhadoras e o sindicato como um espaço masculino que excluía as mulheres.

Alguns estudos resgataram a construção histórica do poder masculino na determinação da qualificação tecnológica, mostrando como, desde o século XIX, as identidades femininas e masculinas foram sendo construídas, levando em consideração seu maior ou menor domínio sobre a tecnologia. Nos processos de mudança tecnológica, a feminização de profissões ou funções foi acompanhada de uma desqualificação do trabalho e do rebaixamento da remuneração.⁵ Outros estudos salientaram que a divisão sexual do trabalho nas empresas estava apoiada na

³ SOUZA-LOBO, Elizabeth de. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

⁴ Em 1920 as mulheres eram 33,7% da força de trabalho na indústria de transformação no Brasil e em São Paulo, mas eram 51% dos trabalhadores na indústria têxtil, 40% no setor de Vestuário e 31% no setor químico. Ver PENA, M. V. J. *Mulheres Trabalhadoras*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

⁵ COCKBURN, C. Os homens e a geração de mudanças; e WAJCMAN, J. Tecnologia da produção: fazendo um trabalho de gênero. Ambos em *Cadernos Pagu* (10), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 1998.

subordinação da mulher no espaço privado e nas assimetrias entre os sexos na sociedade.⁶

A participação da mulher no mercado de trabalho deu-se de forma crescente entre as décadas de 20 e 80, acompanhando os processos de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. Este período é marcado por continuidades no que diz respeito à inserção das mulheres no mundo do trabalho extradoméstico – um grande contingente de mulheres ocupa posições não qualificadas, com vínculo empregatício e condições de trabalho precários, mal remuneradas e sem proteção social. Elas estão predominantemente nas ocupações femininas tradicionais – trabalho doméstico, atividades de produção para consumo próprio e do grupo familiar – e em certos nichos – magistério, enfermagem, comércio, telefonia, alguns setores industriais, como os ramos têxtil e do vestuário, e nos serviços pessoais como cabelereiras, manicures, lavadeiras.⁷

No entanto, mudanças significativas no emprego da mão-de-obra feminina foram observadas, a partir de 1980, no plano mundial e, a partir de 1990, no Brasil, quando começou a se falar em feminização do mercado de trabalho. Estas mudanças recentes na ocupação feminina só podem ser entendidas como parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva e econômica, desencadeada em escala mundial a partir de meados dos anos 70, que se constituiu como um novo padrão de acumulação do capital, representou um processo de transformações profundas no mundo do trabalho, incorporada e desenvolvida de forma heterogênea por muitos países e diferentes setores econômicos. Nas últimas décadas

⁶ SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. Op. cit.

⁷ BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. *Textos FCC*, nº 17, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/DPE, 1998.

Apresentação

experimentamos “uma superação das fronteiras e uma acentuação da internacionalização”⁸ e, simultaneamente, a ascensão de novos modelos produtivos, que têm promovido novos usos da força de trabalho. Como vários autores observaram, a globalização e as mudanças nos processos produtivos, que devem ser vistas como intimamente interligadas, sendo, ao mesmo tempo, impulsionadoras e produto uma da outra, têm conseqüências distintas para homens e mulheres e estão marcadas por um nítido *bias* de gênero.⁹

A feminização do mercado de trabalho, que acompanha os processos de reestruturação produtiva e globalização¹⁰, tornou a noção de gênero imprescindível para a compreensão das mudanças no mundo do trabalho. Isto se deve não apenas a maior presença da mulher e sua inserção em postos antes considerados masculinos, mas também, como observa Negri, porque uma das principais inovações introduzidas pelas mudanças na organização pós-fordista da produção

não [é] a “feminização” do “trabalho masculino”, mas o tornar-se mulher do trabalho em geral; não o fato de que as mulheres estejam tomando o lugar dos homens nas velhas fábricas, mas que – na produção contemporânea e nas formas eminentes de sua organização – trabalhar se

⁸ GIDDENS, Anthony. *Runaway World: how globalisation is reshaping our lives*. London, Profile Books, 1999.

⁹ Ver ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L. e ABREU, Alice R. P. (orgs.) *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana*. São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST, 1998; HIRATA, Helena. Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero. *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 4, nº 7, 1998.

¹⁰ A participação da mulher continuou crescendo nos anos 90. No Brasil, entre 1990 e 1997, mais de 5 milhões e 500 mil mulheres ingressaram no mercado de trabalho. Sua participação na população economicamente ativa saltou de 35,4% em 1990 para 39,1% em 1997, perfazendo, neste ano, um total de 27 milhões e 500 mil trabalhadoras. Ver ARAÚJO, A. M. C. e FERREIRA, V. C. *Sindicalismo e Relações de Gênero*. Op. cit.

conjuga antes no feminino que no masculino. E que, portanto, os homens para produzir têm de algum modo de se feminizar.¹¹

Isto quer dizer que habilidades de comunicação, lingüísticas, subjetivas e afetivas, tradicionalmente aprendidas na esfera reprodutiva pelas mulheres e consideradas habilidades femininas, tornam-se habilidades valorizadas e requeridas pelos novos métodos de gerenciamento da produção e dos serviços. No entanto, isto não significa que a crescente importância da subjetividade e destas “qualificações femininas”, como elementos fundamentais para a melhoria da qualidade e para o aumento da produtividade, tenha alterado de modo significativo a situação de segregação e confinamento em que se encontram as mulheres no mercado de trabalho.

Estudos realizados no Brasil e no exterior enfatizam as conseqüências perversas do processo de reestruturação produtiva para o conjunto dos trabalhadores. A degradação das condições e relações de trabalho conforma novas modalidades de exclusão social. Essas condições incidem de forma especial e mais aguda sobre as mulheres trabalhadoras, pois, no seu caso, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os.

Pesquisas recentes mostram que as mulheres têm sido absorvidas no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços, no qual tradicionalmente a população feminina teve uma participação importante. Mas, além disso, as mulheres, em sua maioria, estão sendo incorporadas através dos contratos por tempo determinado, com jornada parcial, atividades por conta própria e trabalho a domicílio – que vem sendo utilizado com mais freqüência como forma de redução de custos – ou ainda nos

¹¹ NEGRI, Antônio. Feminização do trabalho. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais, 14-06-1998, p.5.

Apresentação

postos informais, sem registro em carteira, de pequenas empresas sub-contratadas tanto no setor de serviços quanto na indústria.

Estas formas flexíveis de contratação, que vêm se constituindo como os novos espaços de confinamento da força de trabalho feminina, contribuem para que a incorporação das mulheres ocorra sob condições de trabalho inseguras e precárias. Essas condições são marcadas pelos baixos salários, pela intensificação da carga de trabalho, geralmente somada à dupla jornada de trabalho, e pela perda dos direitos legais.

Assim, apesar do aumento do nível de escolaridade da população feminina e de sua crescente participação em ocupações técnicas ou consideradas não manuais, o caráter excludente desta feminização do mercado de trabalho se expressa no seu confinamento em ocupações de menor prestígio social, na alta instabilidade, nas reduzidas chances de mobilidade, na desigualdade de oportunidades para homens e mulheres e nas assimetrias salariais entre eles, assim como na desvalorização das atividades qualificadas como femininas e nas dificuldades de acesso aos postos considerados masculinos.

Este dossiê foi organizado com o objetivo de chamar atenção para esta intersecção entre trabalho e relações de gênero, que se transforma e se aprofunda com os processos de globalização e com as mudanças na forma e no desenvolvimento da acumulação capitalista.

Para viabilizá-lo, realizamos um *call for papers* e selecionamos um conjunto de artigos que abordam a questão de gênero no mundo do trabalho atual em distintas perspectivas temáticas e analíticas. Sem pretender ser exaustivo, nem abarcar todas as possibilidades de análise teórica e empírica desta problemática, o dossiê apresenta elementos do debate acadêmico e resultados de pesquisas em torno da questão da desigualdade de gênero nos estudos sobre o mercado de trabalho, a reestruturação produtiva e a globalização, a visão empresarial e as trajetórias laborais das mulheres, incluindo estudos gerais e estudos centrados em setores específicos da indústria.

Helena Hirata discute o conceito de globalização e seus limites, mostrando suas relações com as transformações do trabalho na década de 90, enfatizando as conseqüências destes processos de mudanças sobre a divisão sexual do trabalho, as novas características do trabalho feminino e as alternativas propostas por movimentos sociais ao desemprego e à precarização das condições de trabalho.

Baseadas nos dados estatísticos do IBGE, do TEM e do MEC, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi realizam um estudo da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, enfatizando o crescimento da escolaridade das mulheres e sua influência sobre as oportunidades no mercado de trabalho.

Em pesquisa realizada no Chile com executivos e empresários sobre o desempenho de homens e mulheres no trabalho, Rosalba Todaro, Lorena Godoy e Laís Abramo mostram a existência de uma ordem de gênero como critério de caracterização de ocupações e empresas, que contribui para a definição de *territórios* ou *ghetos* masculinos e femininos no universo do trabalho extra-doméstico.

Nádia Araújo Guimarães, com base nos dados estatísticos da PNAD, discute as desigualdades salariais existentes no mercado de trabalho brasileiro, cruzando dados relativos a gênero e raça e estabelecendo, de forma inovadora, uma relação entre essas categorias. O artigo mostra, ainda, como na década de 90 persistem disparidades nos rendimentos do trabalho, fortemente marcadas pela discriminação de gênero e de raça. Em um contexto em que se aprofundam as mudanças relativas aos processos de reestruturação das empresas, a autora aborda as relações entre desigualdade, discriminação e intolerância nos locais de trabalho.

Angela Araújo e Elaine Amorim apresentam os resultados de pesquisa realizada no setor de confecções na região de Campinas, mostrando que as redes de sub-contratação e o trabalho a domicílio constituem os elementos centrais do processo de reestruturação deste setor na última década. Enfatizam, ainda,

Apresentação

os impactos desse processo sobre as condições de trabalho e saúde das mulheres que ocupam posições inferiores e mais vulneráveis na cadeia produtiva, por constituírem a força de trabalho majoritária nas pequenas oficinas sub-contratadas e no trabalho a domicílio.

Com base em um estudo comparativo em empresas do setor automobilístico no Brasil e em Portugal, Leila Blass também contempla o estudo das relações de gênero, mostrando a relação existente entre os postos ocupados pelas mulheres nestas empresas, que tradicionalmente empregavam uma mão-de-obra predominantemente masculina, e as características e exigências dos novos paradigmas produtivos por elas adotados.

Finalmente, Orlandina de Oliveira e Marina Ariza discutem a diversidade das trajetórias laborais de trabalhadoras urbanas no México e a intervenção de fatores demográficos, econômicos e sócio-culturais. Com base nas histórias de vida dessas mulheres, as autoras sugerem que mudanças familiares, principalmente o casamento e o nascimento de filhos, são fatores importantes na descontinuidade da presença das mulheres no mercado de trabalho, mas enfatizam que o peso destas mudanças pode variar, dependendo da camada ou classe social em que estejam inseridas.

Angela Maria Carneiro Araújo